

## REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM DIFERENTES VERSÕES DA PEÇA “ANFITRIÃO” NO BRASIL COLÔNIA E SUA RELAÇÃO COM A HISTORIOGRAFIA DE RONALDO VAINFAS

Alysson Ramos Artuso

**Resumo:** O artigo realiza uma análise comparativa das representações da mulher em diferentes versões da peça “Anfitrião”, de Plauto, em especial nas versões de Camões e Antônio José da Silva na época do Brasil Colônia. Trata-se de uma comédia sobre o mito de nascimento de Hércules, mas que se desenrola em torno de temas como relações de poder, violência, estupro e adultério. O estudo explora as nuances das personagens femininas, suas interações com os elementos sociais e históricos das respectivas épocas de escrita de peças e como essas representações dialogam com as pesquisas de Ronaldo Vainfas sobre a posição da mulher na sociedade colonial brasileira. As diferenças entre as versões da peça são examinadas em relação à visão social da mulher, da traição, da punição e de formas de resistência feminina. Por fim, o trabalho busca contribuir para um entendimento mais abrangente das mudanças culturais e sociais ao longo dos séculos, através da lente da literatura e de suas interações com a realidade histórica.

**Palavras-chave:** Gênero. História. Sociedade. Teatro.

### FEMININE REPRESENTATIONS IN DIFFERENT VERSIONS OF THE PLAY “AMPHITRYON” IN COLONIAL BRAZIL AND THEIR RELATIONSHIP WITH RONALDO VAINFAS’S HISTORIOGRAPHY

**Abstract:** This article conducts a comparative analysis of the portrayal of women in various versions of the play “Amphitryon,” written by Plautus, focusing on the interpretations by Camões and Antônio José da Silva during the era of Colonial Brazil. The play revolves around the myth of Hercules’ birth and delves into themes such as power dynamics, violence, rape, and adultery. The study delves into the intricacies of female characters, their interactions with the social and historical elements of the periods in which the plays were written, and how these depictions engage with Ronaldo Vainfas’s research on the role of women in colonial Brazilian society. The variations among the play versions are examined in relation to the societal view of women, betrayal, punishment, and forms of female resistance. Ultimately, this work aims to contribute to a broader understanding of cultural and social changes over the centuries, through the lens of literature and its interactions with historical reality.

**Keywords:** Gender. History. Society. Theater.

## Introdução

A interface entre literatura, história e sociedade oferece uma oportunidade de examinar interações histórico-sociais complexas. Para Antonio Candido (2006), as obras literárias estão conectadas às sociedades em que foram produzidas e às sociedades em que são consumidas, funcionando não só como mediadores entre autores e públicos, mas entre ambos e as realidades sociais que experimentam. Dessa forma, após alguns cuidados metodológicos, é possível destacar ou recuperar elementos históricos ou sociológicos a partir da literatura.

Esta é a linha de análise do presente artigo, que aborda a visão social da mulher na historiografia brasileira a partir do trabalho de Ronaldo Vainfas (1997), em especial do capítulo Patriarcalismo e misoginia. Faz-se uma comparação da descrição historiográfica com o papel da mulher em duas versões da peça clássica *Anfitrião*, de Plauto, escritas por autores de diferentes períodos do Brasil Colônia: Camões, no século XVI, António José da Silva, O judeu, no século XVIII.

A escolha da obra *Anfitrião* não é mera coincidência, pois a trama oferece um terreno fértil para a exploração das dinâmicas de gênero ao oferecer quase meia centena de traduções e versões ao longo do tempo (GONÇALVES, 2017). Ao analisar diferentes representações da personagem feminina principal, Alcmena, nas versões de autores como Camões no século XVI e António José da Silva, conhecido como O judeu, no século XVIII, exploramos a evolução das perspectivas sobre a mulher, o adultério, a punição e a resistência feminina ao longo dos séculos.

O artigo busca, portanto, explorar essa interface, investigando a visão social da mulher na historiografia brasileira e sua representação em duas versões da peça clássica “*Anfitrião*”. A abordagem de Vainfas (1997) nos permite compreender relações de gênero como parte de sistemas de poder e controle social.

A estrutura do artigo se inicia pela relação história e literatura, seguida por uma base historiográfica do patriarcalismo e misogenia no Brasil Colônia a partir de trabalhos de Luiz Mott, Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, com foco no último. Na sequência, é apresentada a peça *O Anfitrião*, de Plauto

e duas versões dos séculos XVI e XVII, traçando-se paralelos entre o relatado por Vainfas ao estudar a história do Brasil e como os dramaturgos inseriram as questões de visão social da mulher, adultério, punição e resistência feminina em suas peças Anfitrião.

## História e Literatura

A relação entre História e Literatura tem sido discutida por longo tempo, explorando o caráter ficcional e a construção narrativa. Esta interação levanta questionamentos sobre o caráter ficcional ou histórico de um texto, dada a presença do real e do fictício em ambos os campos. Wolfgang Iser (1999), por exemplo, propõe uma relação tríplice, na qual o real, o fictício e o imaginário se entrelaçam, formando uma teia na qual a realidade repetida no texto se torna um signo, impulsionando a criação do imaginário. A literatura, assim, não apenas relata, mas também revela o sujeito social dos eventos através de personagens ficcionais.

No presente trabalho, nos interessa também a discussão entre análise literária e sócio-histórica. O cientista social, por exemplo, pode ressaltar algum elemento da realidade para estudá-la e observar suas relações nos textos produzidos por uma sociedade, como os textos literários. Para Candido (2006, p. 12),

Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. É o que tem ocorrido com o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado chegou a ser vista como chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão, – e talvez só agora comece a ser proposta nos devidos termos. Seria o caso de dizer, com ar de paradoxo, que estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente [...].

Nesta linha de raciocínio do sociólogo, a análise de uma obra literária frequentemente evidencia dimensões sociais claras, como referências a

lugares, modas, usos e manifestações de atitudes de grupos ou classes. Contudo, tais indicações, embora essenciais para estudos históricos ou críticos, não são suficientes para definir plenamente o caráter histórico ou sociológico de uma análise. O ponto crucial reside no sentido social simbólico presente nas interações, sejam elas literárias ou sócio-históricas.

Tal abordagem não meramente coloca o elemento social como referência externa para identificar épocas ou sociedades, nem o limita a um contexto histórico. O fator social se torna um construto intrínseco à própria criação artística, analisado no nível explicativo em vez de ilustrativo. Nesse contexto, transcende-se a periferia da sociologia ou da história, chegando a uma interpretação estética que assimila a dimensão social como um componente da arte literária. A arte, portanto, pode revelar modos de pensar, agir e se relacionar ao longo do tempo, como se pretende mostrar no presente trabalho, abordando o caso de duas versões de *O Anfitrião* da época colonial brasileira em relação à temática do patriarcalismo e da misoginia.

### **Patriarcalismo e Misoginia no Brasil Colônia**

A historiografia brasileira que trata da sexualidade encontra-se fundamentada por um tripé de pesquisadores no campo de estudos da história cultural composto por Luiz Mott, Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas. As principais fontes do trio são as inquisitoriais, dedicando atenção a micro-história de indivíduos ordinários e singulares.

Luiz Mott (1988), na obra *O sexo proibido*, declara ser esta a “primeira tentativa de sistematização dos documentos relativos aos crimes sexuais e heresias morais perseguidos pelo Santo Ofício em Portugal e no Brasil.” (p. 12). A compreensão da sexualidade é subsequentemente investigada através da análise dos métodos de repressão empregados pela Inquisição, percorrendo práticas sexuais entre pessoas escravizadas na África e nas Américas, com especial ênfase no âmbito homossexual. Além disso, emerge como um tema proeminente a consideração da virgindade de Virgem Maria.

Mott também amplia a discussão ao focar a identidade sexual e a diversidade sexual ao longo da história brasileira. Sua pesquisa destaca lutas e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQ+ ao longo do tempo, lançando luz sobre as experiências muitas vezes marginalizadas na historiografia tradicional e complementando as investigações de Souza e Vainfas, mais focadas nas relações heteroafetivas e com destaque para o papel da mulher.

Laura de Mello e Souza (2009), por sua vez, buscou desvendar complexidades das relações de gênero, examinando a interseção entre a moralidade sexual, as instituições religiosas e o cotidiano das pessoas. Em "O diabo e a terra de Santa Cruz", de 1986, a autora aborda, entre outros, a associação de práticas poligâmicas indígenas americanas a atos demoníacos no Brasil Colônia. Grande ponto de destaque, no entanto, é o sobre gênero e sexualidade a partir da relação entre mulheres e a feitiçaria. Entre outros, Souza revela como as normas e os valores sociais moldaram o comportamento sexual e, conseqüentemente, a vida das mulheres, retratando a mulher como um elemento central no tecido social da época.

Também Ronaldo Vainfas (1997) busca desvendar as complexidades da sexualidade feminina e seu papel na sociedade patriarcal. Em sua obra "Trópico dos Pecados", o autor empreende uma exploração abrangente de temas relacionados à sexualidade no contexto colonial brasileiro, abordando assuntos como concubinato, bigamia, controle das moralidades e repressão das sexualidades heterodoxas.

Entre os aspectos tratados por Vainfas, dois merecem destaque particular: o patriarcalismo e a misoginia. A análise desses temas ocorre no contexto do casamento, um elemento central da estrutura social e das relações de gênero no período colonial. Através de sermões proferidos pelo Padre Antônio Vieira, processos judiciais relacionados ao adultério e fontes inquisitoriais, Vainfas ilumina a anulação social da mulher e sua demonização, fundamentadas em preceitos religiosos. Uma questão crucial que emerge é a forma como o patriarcalismo moldou o entendimento coletivo da mulher como um ser subjugado, cuja virtude estava atrelada à sua submissão ao papel de esposa e mãe.

O adultério, a bigamia e as complexas redes de sociabilidade entre mulheres emergem como elementos-chave da pesquisa de Vainfas. É através dessas redes que se forjaram ações de rebeldia e cumplicidade, oferecendo um vislumbre das resistências silenciosas que as mulheres teciam dentro das estruturas patriarcais restritivas. O autor destaca como tais ações revelam a busca por autonomia e agência dentro de um sistema que, de outra forma, as marginalizava e as condenava à invisibilidade.

Em especial no capítulo “Patriarcalismo e misoginia”, Vainfas trata da família e da ordem patriarcal, de saberes eruditos e costumes populares acerca de casamento, e atos de rebeldia e cumplicidade no mundo feminino.

Esse olhar para os indivíduos traz argumentos para questionar algumas conclusões de autores de prestígio na historiografia brasileira. Em especial, para se repensar a história das famílias no Brasil Colônia de Gilberto Freyre. Em síntese, Vainfas mostra que a família patriarcal de Freyre, entendida como uma família numerosa, com o núcleo acrescido de filhos, criados, parentes, agregados, escravos, concumbinas, filhos ilegítimos, etc., está, no máximo, restrita ao contexto dos latifúndios escravocratas dos estados da Bahia e Pernambuco. O autor também identifica um exagero no papel da submissão da mulher, além de uma generalização indevida.

Vainfas recorre a dados de outras pesquisas, como as de Eni de Mesquita Samara, para reforçar seu argumento. Samara (1983) verificou, por exemplo, que apenas 26% dos domicílios paulistas eram patriarcais ou de famílias extensas. Após abordar as estruturas domiciliares, o capítulo se volta à sujeição da mulher, novamente contrastando com Freyre quanto ao poder de mando dos homens (*pater familias*). Em seguida, o discurso de clérigos e os relatos inquisitoriais são retomados para mostrar a associação moral e religiosa, por exemplo, nos sermões do Padre Antônio Vieira demonizando a mulher ou os diversos casos de bigamia destacados para reforçar um papel social da mulher à espera do marido, mesmo viajante e desaparecido.

Atos de resistência relativos à sexualidade e ao matrimônio fecham o capítulo. Vainfas mostra redes de sociabilidade feminina, com parentes e amigas combinando versões ou servindo de álibi para atos e comportamentos que pode-

riam ser vistos, por aquela sociedade, como questionáveis. Também as “práticas mágicas” são objeto de estudo, com simpatias e uma espécie de fármacos que ressaltam o papel ativo da mulher em buscar seus objetivos, como a conquista amorosa de uma pessoa.

Enquanto cada pesquisador traz enfoques distintos, suas investigações convergem para uma compreensão mais profunda das interações entre poder, gênero, religião e identidade na construção da história da sexualidade no país. Para os propósitos deste trabalho, contudo, nos concentraremos na obra de Vainfas para estabelecer relações com obras literárias produzidas em português durante o período do Brasil Colônia. Em especial, vamos tratar do patriarcalismo e da misoginia a partir do tema do casamento, da religião e de formas de resistência femininas, incluindo as redes de sociabilidade das mulheres, nas quais se constrói ações de rebeldias e cumplicidades, são os principais objetos de interesse.

### **Anfitrião, de Plauto**

A comédia “Anfitrião”, escrita por Plauto em 206 a.C., emerge como uma intrincada obra que se desenrola a partir do mito do nascimento de Hércules. A trama, com quase meia centena de versões conhecidas, ressoa com a complexidade humana e divina, incluindo a reflexão sobre os caprichos dos deuses e sua influência direta sobre a vida dos mortais. Plauto, no prefácio de sua obra, admite que sua versão também é derivada de uma peça grega, sublinhando assim a rica tradição e intercâmbio cultural subjacentes.

Na trama, encontramos Anfitrião, um general tebano prestes a partir para a guerra junto com seu servo, Sósia, deixando sua esposa, Alcmena, sozinha em casa por um dia. O ardor sexual do deus Júpiter é despertado, e ele decide aproveitar a oportunidade para se relacionar sexualmente com Alcmena. Júpiter adota a forma de Anfitrião e conta com a colaboração do deus Mercúrio, que assume a aparência de Sósia.

A transfiguração divina engana Alcmena, que acredita ter compartilhado uma noite com seu marido, momentaneamente desertor de suas obrigações militares. É nessa noite que a concepção de Hércules ocorre. Ao retornar da

batalha, Sósia encontra sua réplica por Mercúrio, desencadeando uma série de eventos tragicômicos, incluindo confusões de identidade e episódios de tortura e espancamento impostos a Sósia por Mercúrio. O retorno posterior de Anfitrião também leva a diálogos cômicos e dramáticos, enquanto o tebano acusa Alcmena de adultério e a ameaça de morte. No desfecho, Júpiter revela que foi um ardil seu para que ele satisfizesse suas paixões por Alcmena, convencendo Anfitrião que ela não merece punição e Anfitrião chega a se sentir lisonjeado com o episódio.

Embora cômica, a trama revela elementos trágicos intrincados. Um dos pontos cruciais é a exploração da humanidade como objetos da satisfação divina, com deuses que podem invadir suas casas e lhes enganar, agredir, torturar e estuprar. A ironia trágica atinge seu ápice ao considerarmos que são justamente aos deuses que os humanos veneram religiosamente, pedem proteção e fazem preces para obter conforto e desejar que nada de mal lhes aconteça. Ao fim, só lhes resta aceitar – e até se orgulhar, pedindo aplausos à Júpiter como faz o Anfitrião de Plauto – de terem sido eles a receberem os deuses. Embora de maneira muito distinta do cristianismo, é a dimensão religiosa manipulando e explorando os mortais de maneira profunda.

### **Auto dos Anfitriões, de Camões**

A versão de Camões para O Anfitrião foi publicada em 1587. Trata-se de uma versão repleta de ecos do trovadorismo, em que os deuses têm sentimentos mais humanizados e trovadorescos, como a coita, o sofrimento de amor de Júpiter por Alcmena, e os códigos de comportamento do amor cortês. Quando acusada por Anfitrião, a Alcmena de Júpiter chama sua escrava, esposa de Sósia, para se defender da acusação de adultério. Afinal, a criada testemunhou que Anfitrião e Sósia estiveram em casa na noite anterior, sem saber que eram os deuses transfigurados.

Este é um primeiro ponto de contato com Vainfas, que evidencia ser corrente a prática de defesa e resistência de uma mulher testemunhar em prol de amigas perante a Inquisição “para defenderem amigas contra situações perigosas” (VAINFAS, 1997, p. 134).

Nisso, a peça também mostra o quanto tradicional é a figura do homem que sente sua honra manchada e, por isso, ameaça ou mesmo pune a esposa. Um exemplo no texto de Vainfas é o de Catarina Rodrigues “casada havia mais de 30 anos e mãe de 15 filhos [que] foi brutalmente ferida ‘nas partes vergonhosas’ pelo marido ciumento, o qual tanto a ‘rasgou’ que parecia querer-lhe ‘tirar a madre para fora’” (VAINFAS, 1997, p. 131).

Mais um destaque é a última cena em que Alcmena tem voz direta: uma conversa com Júpiter, que na forma de Anfitrião, busca acalmá-la das acusações recém feitas pelo Anfitrião mortal. O argumento subjacente é que um amor excessivo entre eles resultou em confusão dos sentidos e da mente, originando os enganos. No terço final da peça, Júpiter, Sósia, Mercúrio e Anfitrião terão mais momentos cômicos até que tudo seja revelado. Mas vejamos como é ilustrativa do papel da mulher a última fala de Alcmena na peça: “Perdoo, e peço perdão/de lhe não ter perdoado (CAMÕES, 2014, p. 179)”. A partir de então ela estará ausente do palco, em uma importante diferença em relação à obra de Plauto, onde a voz feminina era mais ouvida.

Outro ponto de Vainfas (1997) também pode ser retomado com essa finalização de Alcmena. Para o historiador brasileiro, as opções da mulher, ainda mais no início do Brasil Colônia, se reduziam ao casamento ou à clausura do convento. O casamento se constituía como uma instituição quase compulsória, com a sujeição das mulheres aos desejos e arbítrios dos maridos. Tais nuances e ressonâncias histórico-sociais também estão presentes na representação da mulher e das relações de poder na peça, permitindo um diálogo significativo com as perspectivas oferecidas por Vainfas em sua análise da resistência feminina perante a inquisição e as opções limitadas disponíveis para as mulheres na sociedade da época, com frequência tendo que aceitar os desígnios religiosos ou maritais.

### **Anfitrião ou Júpiter e Alcmena, de Antônio Jose Da Silva**

Em 1736, o carioca Antônio Jose da Silva publicou em Lisboa a sua versão de Anfitrião. Era o período da Inquisição e ele próprio foi preso, pela quarta vez, em 1737 acusado de judaísmo e morto na fogueira em um auto de

fé dois anos depois. Assim, embora batizado católico, Antônio Jose da Silva ficou conhecido também como O Judeu. Alinhado com sua biografia, sua versão de Anfitrião ressalta a incapacidade do ser humano em resistir aos desígnios dos poderosos, sejam eles os deuses no caso da peça, ou as instituições sociais em sua biografia.

Para os propósitos da presente análise, uma mudança fundamental em relação às versões de Plauto e Camões é proeminência de Juno, esposa de Júpiter, que se torna uma personagem presente e relevante na trama. Juno confere maior complexidade e poder às figuras femininas, conferindo-lhes mais ação e cumplicidade na resistência aos arbítrios de Júpiter e Anfitrião.

A engrenagem desse estratagema inicial é delineada por Íris, outra deusa, com o objetivo de revelar os intentos dos deuses masculinos e da própria Juno combater o adultério do marido. Diálogos entre as personagens explicitam suas intenções e conexões, como a declaração de Juno de reconhecer o mal que está sendo imposto às personagens femininas, mas com a intenção de retribuí-lo posteriormente: “O tempo nos dará ocasião para a vingança” (SILVA, 1957, p. 278). Os diálogos são esclarecedores da relação solidária e cúmplice das mulheres, como em uma resposta de Alcmena à deusa: “Bem hajas, Felizarda, que sentes as minhas ofensas como propriamente tuas.” (p. 283).

No entanto, em que pese Juno ter ajudado Alcmena a se proteger da ira de Anfitrião, o plano das mulheres é frustrado e a própria Juno se resigna e abre mão de confrontos diretos: “temo que Júpiter, irado, intente outros absurdos maiores”, mas não sem desistir de um futuro revide: “pois vingar-me-ei dissimulando a dor, para publicar o estrago” (p. 284).

Vainfas comenta explicitamente sobre as redes de proteção femininas (e familiares) do período que

se aproveitavam da Inquisição para delatarem homens [...] em matéria de vingança, a jovem Maria Grega seria realmente exemplar: havia dois anos casada com o ex-alfaiate Pero Dominguez, porém “afeiçoada” ao mameluco Francisco Correa, resolveu acusar o marido de só a possuir em cópulas sodomíticas, mancomunando-se com irmã, pai e outros parentes, o que levaria o infeliz marido à prisão e ao processo inquisitorial (VAINFAS, 1997, p. 134).



É crucial reconhecer que essas estratégias de proteção, resistência e vingança não eram garantia de sucesso para as mulheres. Como exemplificado na peça de Antônio José da Silva, em muitas ocasiões, os planos retaliatórios eram postergados ou mesmo frustrados. Tais dinâmicas podem ter influenciado a construção social da mulher na Brasil Colônia, caracterizando-as como habilidosas em estratégias e conluios. Essa visão negativa da mulher, cheias de estratégias e mancomunicações, como descrita pelo padre Antônio Vieira, que a considerava provocadora do Pecado Original. Sendo assim, seriam justificáveis as desconfianças e hostilidades em relação a mulher.. De acordo com Vainfas (1997, p. 132), essa hostilidade tornou-se cada vez mais presente na Península Ibérica, “entronizando-se nos códigos civis e nas práticas sociais a partir do século XV, alimentada por uma misoginia popular tradicionalmente zelosa da fidelidade conjugal”.

Temos, então, cerca de 150 anos depois da versão de Camões, Silva incluindo em sua obra a figura poderosa de Juno e a dinâmica de resistência feminina na peça converge para o argumento de Vainfas sobre o entrelaçamento da vida das mulheres e as estruturas de poder. Ilustra-se, assim, com a literatura dramática as percepções de gênero e as realidades sociais ao longo do tempo, resgatando-se elementos históricos ou sociológicos a partir de obras literárias.

### **Considerações finais**

Desde a obra original de Plauto, é notório que a figura da mulher frequentemente carrega culpa, mesmo quando não tem conhecimento do evento que resultou em sua suposta transgressão. Alcmena, por exemplo, acreditava estar envolvida com seu esposo, não ciente de que estava cometendo adultério. Esse padrão também se estende a esposas de maridos viajantes ausentes por longos períodos no período colonial. Por vezes, elas se casavam novamente por acreditarem que seus esposos haviam falecido, não por intenção de praticar a bigamia. Ainda assim, chegavam a ser condenadas como expõe Vainfas (1997).

Além disso, a traição não era igualmente punida para homens e mulheres. O homem (ou Júpiter, nas peças) não é ameaçado a uma condenação por trair, apenas a mulher. Nas palavras de Vainfas (1997, p. 132), “as leis portuguesas contra o adultério feminino eram das mais rigorosas no limiar do século XVI: não cogitavam punir os maridos infiéis, salvo se dormissem com mulheres casadas, e limitavam-se a determinar em que casos a adúltera devia ou não morrer por sua traição.” Alcmena era uma mulher casada, mas na dramaturgia Júpiter é um deus e ela e Anfitrião são meros mortais, o que isentaria Júpiter de qualquer crime de modo equivalente à ausência de punição em adultérios cometidos com mulheres casadas de classes sociais mais baixas do que o adúltero.

As comparações empreendidas neste estudo partem da premissa de que a posição social das mulheres exerceu influência nas personagens e trama das duas versões de “Anfitrião” abordadas. Através desse prisma, foi possível estabelecer paralelos significativos com as investigações de Vainfas. Tais paralelos poderiam ser enriquecidos pela análise da recepção das obras *O Anfitrião* em suas épocas e da eventual fortuna crítica da peça em torno de visões da mulher, do adultério, da punição e da resistência.

Também não se pode deixar de considerar, de acordo com Candido (2006), que a literatura também pode ser uma lente através da qual podemos examinar as realidades sociais que envolvem tanto a criação quanto a apreciação das obras. Nesse contexto, as obras literárias não apenas refletem, mas também moldam e reinterpretam as narrativas da sociedade, muitas vezes revelando camadas ocultas de normas, valores e experiências.

Outra perspectiva para ampliar o estudo é a extensão do período temporal até a época da República no Brasil. A versão de *Anfitrião* escrita por Guilherme Figueiredo em 1949, intitulada “Um Deus dormiu lá em casa”, oferece uma oportunidade para avaliar o desdobramento desses temas ao longo de eras subsequentes. Neste outro momento histórico, da Terceira República, Alcmena assume um papel mais proeminente, expressando um interesse sexual explícito que nos séculos anteriores nunca foi se quer sugerido.

Além de explorar esses temas recorrentes nas diversas versões de “Anfitrião”, uma sugestão para estender a análise é a consulta a outras historio-

grafias brasileiras, como as citadas de Luiz Mott e Laura de Mello e Souza. A inclusão de suas perspectivas poderia enriquecer o estudo, trazendo mais relatos e elementos de análise, inclusive sobre diferenças temporais no papel social da mulher entre os séculos XVI e XVIII nos quais foram escritas as versões de *O Anfitrião* de Camões e de Silva.

Por fim, a investigação realizada das representações da mulher em “Anfitrião”, por meio das diferentes versões e suas interações com a realidade histórica, lança luz sobre as complexas interações entre literatura, sociedade e gênero. Através dessa análise, torna-se possível vislumbrar como os autores se apropriam de mudanças no pensamento de suas épocas para construir visões da mulher, do adultério, da punição e da resistência, contribuindo para uma compreensão mais completa das mudanças culturais e sociais ao longo dos séculos.

## Referências

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CAMÕES, Luis de. **Teatro de Camões**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2014.
- GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **A comédia e seus duplos: o Anfitrião de Plauto**. Curitiba: Kottter Editorial, Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- ISER, Wolfgang: **O Fictício e o Imaginário Perspectivas de uma Antropologia Literária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- MOTT, Luiz. **O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**, Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- SILVA, Antônio José da. **Obras completas**. Lisboa: Sá da Costa, 1957.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.